



PENSA+

IV Conferência Nacional

de Jovens do Bloco de Esquerda



Contigo tens o primeiro caderno de debates para a IV Conferência Nacional de Jovens do Bloco, que se realiza no dia 10 de Novembro, em Lisboa.

O Caderno contém o Regulamento do processo preparatório da Conferência bem como as duas Moções de Orientação Política entregues até à data limite, dia 13 de Outubro, à Comissão Organizadora da Conferência (COC). Estas são as Moções que vão ser votadas na Conferência de Jovens. Até ao dia 2 de Novembro podes propor adendas ou alterações a à moção com a qual te identifies.

A COC relembra-te os seguintes prazos:

19 de Outubro a 1 de Novembro: realização de debates sobre as moções

26 de Outubro: prazo para entrega de listas de candidatos a delegad@s

2 de Novembro: prazo para entrega de propostas de alteração ou adendas às moções

3, 4, e 5 de Novembro: eleição de delegad@s

Contacto da COC:

cocjovens@gmail.com

Av Almirante Reis, 131, 2º - 1150-015 Lisboa

Começar de novo: Jovens na luta socialista

IVª Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

1. MEMÓRIA PARA O FUTURO

1.1 Os jovens e as jovens do Bloco participaram nos últimos dois anos em importantes combates e aprendizagens. A diversidade dos temas políticos nos quais intervimos, enquanto activistas sociais e militantes do Bloco, representa a nossa riqueza e é uma escolha. Porque rejeitamos uma perspectiva fechada e sectária sobre a esquerda e o activismo, envolvemo-nos em muitas lutas com muita outra gente para além de nós. É assim que tem de ser. Vale a pena mencionar alguns exemplos recentes que projectam a nossa actividade futura.

- Fomos uma parte essencial do campo do SIM no referendo à despenalização do aborto, assumindo uma postura radicalmente unitária que permitiu obter a mais significativa vitória da luta social da esquerda nas últimas décadas. As lições sobre política unitária perdurarão para próximos combates.

- Temos estado empenhad@s na organização concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras precári@s. A criação de uma identidade de luta exige bem mais que a proclamação tão heróica quanto retórica da necessidade de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. A experiência que temos desenvolvido em conjunto com diferentes colectivos ou redes (Precários Inflexíveis, FERVE, MayDay, Intermitentes do Espectáculo, Bolseiros) tem sido uma aprendizagem muito significativa, tem criado sementes muito importantes e aponta caminhos e debilidades a partir das quais se desenvolverá esta área de intervenção, que tem criado – felizmente – o seu espaço próprio, que é um espaço para a acção de todo o Bloco.

- Fomos parte integrante das lutas do secundário, de forma muito desigual pelo país, contribuindo para a mobilização estudantil contra as aulas de substituição, pela implementação da educação sexual, pelo acesso universal ao ensino superior. Nas escolas onde existiam activistas do Bloco organizad@s, denunciaram-se situações (por exemplo de repressão homofóbica), criaram-se espaços de debate, cultura e protesto.

- A nossa participação nas lutas pela liberdade sexual e contra as discriminações, no âmbito do movimento LGBT, foram importantes. A questão da homofobia no quotidiano, da violência sobre a comunidade LGBT ou a emergência com maior visibilidade da questão trans são algumas das dimensões que determinaram a intervenção nos últimos dois anos. Muitos de nós damos a nossa disponibilidade e empenho nos colectivos LGBT e fomos um componente fundamental para a realização das Marchas LGBT no Porto e em Lisboa. Este espaço de intervenção deve afirmar-se e ganhar espaço dentro do Bloco como parte integrante da luta política e socialista, porque diz respeito ao trabalho social e político do Bloco no seu todo.

- A luta anti-proibicionista ganhou um novo impulso com a realização das Marchas Globais da Marijuana em

Lisboa e no Porto. A rejeição do preconceito e da diabolização e a recusa da repressão dos consumidores, do fomento da ilegalidade incontrolada e do paternalismo social que torna as pessoas irresponsáveis pelos seus consumos são questões importantes que este movimento, do qual fazemos parte, coloca.

- O movimento dos imigrantes, as lutas anti-racistas e pelo direito à habitação têm dinamizado importantes mobilizações. Estivemos, em particular, na luta pela habitação para tod@s (nomeadamente através da Plataforma Artigo 65), que promoveu manifestações e acções com grande mobilização, rejeitando a discriminação racista e as políticas mercantis que penalizam @s mais pobres e @s jovens.

- Participamos e animamos a Marcha pelo Emprego, onde ganhou impulso a mobilização contra a precariedade e a manifestação da solidariedade contra o desemprego.

- Desenvolvemos muitas outras lutas sectoriais e locais, abrindo-nos ao contágio com os movimentos e sempre numa perspectiva de fomento da sua autonomia e agendas, defendendo o seu carácter amplo e inclusivo e evitando qualquer tentação hegemónica.

- A experiência mais importante que tivemos, em termos da criação de espaços especificamente juvenis de intervenção, foi a organização, com outras pessoas, de colectivos de estudantes nas faculdades. Em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em Braga desenvolvemos experiências diferentes mas que abrem pistas sobre o que queremos fazer. A diversidade das lutas em que nos envolvemos deve ser concentrada sobre o espaço social privilegiado de intervenção d@s jovens. Só assim poderemos abrir, crescer, organizarmo-nos e contribuir para um Bloco mais forte e mais interventivo.

1.2 O relatório de actividades da Coordenadora Nacional de jovens cessante é uma demonstração da reduzida actividade política que foi impulsionada por este órgão. Se houve apesar de tudo muitas iniciativas que os jovens do Bloco dinamizaram e nas quais participaram, isso aconteceu muitas vezes graças às dinâmicas locais e apesar da acção da própria Coordenadora. Isso exige de nós um novo impulso, a coragem de identificar as raízes de tal problema e de propor novas soluções organizativas.

Os jovens do Bloco não podem ser um espaço que nos fecha e evita o contacto com @s outr@s. Precisamos de crescer e de nos repensar. Manter tudo como está, numa atitude conformista e conservadora, seria reproduzir o problema e fazer do futuro a repetição do passado.

2. UMA ESQUERDA PARA MUDAR A VIDA

2.1. No Bloco, defendemos que a luta socialista é o combate a todas as formas de opressão. Recusamos uma ideia simplista e atrasada, segundo a qual todas as lutas devem subordinar-se a uma hierarquia de umas em relação a outras. Todas as lutas valem pela libertação que constroem, e as lutas enraízam e alargam as respostas

que querem vencer as grandes contradições da sociedade capitalista, que são a exploração e todos os sistemas de dominação que procuram perpetuar a desigualdade de classe. Por isso, afirmamos o nosso projecto de emancipação: tod@s junt@s nas lutas todas, contra a exploração capitalista, a opressão patriarcal, o heterossexismo, o racismo, a diferenciação desigual que inferioriza qualquer grupo, a destruição de quaisquer direitos sociais.

A consciência sobre a centralidade do trabalho e sobre a importância determinante do capitalismo e da propriedade na estruturação das relações sociais e da dominação política exige respostas radicais e integradas com uma política assumidamente anti-capitalista. Para ser consequente, a necessidade de uma alternativa socialista não pode ser mera retórica auto-satisfatória: ela toma corpo em todas as lutas concretas contra a exploração e a opressão, ela assume o desafio e a dificuldade de construção programática nas mais diversas áreas (da educação à saúde, da fiscalidade ao emprego e à vida quotidiana) e a tarefa da construção de maiorias sociais que mudem a vida das pessoas.

A visão conservadora da política confina-a ao Estado e às instituições. Nós rejeitamos essa concepção porque sabemos que os processos de transformação social só se fazem mudando as relações sociais. A luta política que queremos empreender exige activismo, organização de milhares de pessoas, confronto político directo contra os poderes opressivos em todos os lugares onde estamos e onde estabelecemos relação com outras pessoas. A expressão que essas lutas podem ter nas instituições (nomeadamente no Parlamento ou nas autarquias) serve para amplificar a resistência e as alternativas propostas e desenvolver o conflito político.

Rejeitamos a perspectiva da política tradicional – que os media dominantes e o centrão alimentam – que a reduz às pequenas ou grandes intrigas que fazem o jogo político-partidário. Uma política transformadora tem de abrir o campo político a novas formas de intervenção, a novas causas e a nov@s protagonistas. Além de articular a presença institucional com a criação de movimento na sociedade, e de entender a acção política como construção de consciência crítica e acumulação de forças nos sítios concretos em que intervimos, é preciso expandir a concepção do político: ele é simultaneamente público e privado, colectivo e individual, grandes escolhas civilizacionais e modos de vida concretos. Todas as lutas são políticas se enfrentam as estruturas do poder.

Além disso, a política é informação e relação. @s jovens do Bloco devem diversificar as formas de intervenção e inventar meios criativos de comunicar, de construir rede social, difundir uma cultura política, atentando às particularidades dos espaços sociais onde intervêm e às especificidades dos locais e dos grupos a que se querem dirigir.

2.2. O Bloco surge, neste contexto, como o pólo de uma alternativa ao neoliberalismo. Superando a tradição fechada e de pequenos grupos sem nenhuma influência social que dominou a história recente da esquerda alternativa, ou a tradição sectária do partido que organiza o seu sindicato e os seus movimentos, nós temos de ser portadores e portadoras de uma nova cultura política para o nosso tempo. Só uma postura inclusiva, que trace as fronteiras em torno dos grandes combates civilizacionais de hoje pode fazer crescer a esquerda, em organização e influência. Toda a tendência de purificação para o regresso ao passado é derrotista, porque recusa a dimensão dos desafios que se colocam à esquerda socialista neste início do século.

O Bloco tem-se estruturado como o dinamizador de grandes campanhas de enfrentamento do Governo, em torno das quais se constrói uma alternativa política e social ao neoliberalismo. A defesa dos direitos d@s de baixo, a promoção da democracia com os serviços públicos, o combate ao conservadorismo e às discriminações, o ecologismo anti-capitalista e a rejeição clara da guerra e do imperialismo são as grandes linhas que demarcam hoje o nosso espaço político.

A definição de prioridades aprovada na última convenção constitui um desafio e coloca ao Bloco uma grande responsabilidade. As campanhas e os movimentos criados ou a criar em torno do serviço nacional de saúde, das alterações climáticas, da defesa do ensino público, pelo emprego e contra a precariedade, ou por uma proposta alternativa para a segurança social deverão permitir socavar a base de apoio do Governo e reforçar a oposição à esquerda.

É esse o Bloco que queremos e do qual fazemos parte: uma esquerda virada para o confronto político para fora em torno de políticas concretas que afrontem o situacionismo e a lógica da civilização capitalista.

2.3. @S jovens do bloco vivem numa contradição.

Recusamos a formação de uma jota porque rejeitamos o acantonamento d@s jovens num gueto e a sua subalternização paternalista no conjunto do partido. Mas temos reproduzido o fechamento sectorial a partir de um critério etário e não temos crescido para além das sedes.

A não definição de um espaço próprio de intervenção tem conduzido a duas fragilidades simultâneas: nem se prioriza a construção de activismo no espaço socialmente organizado onde está um grande número de jovens – e em particular d@s jovens do Bloco – nem se avança para a construção de uma organização juvenil autónoma, porque não se quer reproduzir os vícios aparelhistas das jotas.

A resposta a esta dificuldade tem de ser dupla, portanto.

É preciso que o Bloco crie, no seu seio, espaços de organização e activismo que incorporem a militância d@s jovens e dinamizem áreas sectoriais tão fundamentais como a luta contra a precariedade, o ambiente ou a luta LGBT, por exemplo (a coordenadora de ambiente avançou nesse domínio, e experiências unitárias como o May Day também nos dão algumas pistas). Essa responsabilidade cabe-nos a tod@s enquanto militantes do Bloco, mas não deve ser competência da Coordenadora de jovens. Esses espaços devem incluir muita gente e não são definidos pela barreira etária, porque não são exclusivos dos jovens.

Por outro lado, @s jovens devem priorizar a intervenção nas escolas, para sair das sedes e construir colectivos aí onde @s jovens estão. Esta Conferência marca um novo começo: um trabalho com prioridade clara, em que o sucesso tem de ser medido pela organização de colectivos e núcleos que sejam capazes de desenvolver batalhas políticas nas escolas e pela sua capacidade de mobilização de muit@s estudantes.

A agenda de intervenção nas escolas não tem de ser apenas uma agenda estudantil. Ela incorpora todos os temas da política do Bloco, sem restrições, e define aqueles que, em cada momento, são prioritários para os jovens. Queremos levar a política a todos esses e essas jovens, para debater, para mobilizar e para organizar. A função da Coordenadora deve ser articular esse activismo nas escolas.

Para crescerem, @s jovens Bloco precisam de se abrir, de se organizar mais na base e de estar mais em contacto com as lutas, acolhendo a diversidade e dispondo-se ao contágio. Para sermos mais transformadores – logo, mais revolucionári@s – não precisamos de nos fechar na purificação ideológica, mas sim de ter mais acção política concreta com ideias muito claras. Definir um espaço de intervenção é o primeiro passo para essa tarefa.

3. EIXOS DE INTERVENÇÃO PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

3.1 O movimento estudantil desde sempre assumiu uma postura crítica em relação à sociedade e à cultura vigente. Apresentou-se muitas vezes como uma contra-cultura, lutando por uma transformação social baseada em ideais como democracia, liberdade, igualdade, emancipação social e socialismo. Foi também com essa força movimento que se derrotou o fascismo e se conquistaram direitos como o direito a um ensino universal, público e gratuito.

Desde a implementação das propinas, que gerou fortíssimos protestos d@s estudantes, que os direitos conquistados têm vindo a ser sucessivamente retirados. A educação não tem sido assumida como prioridade por parte dos governos que, para alcançar a privatização do ensino, apostaram na descredibilização do sistema de ensino público.

A privatização do ensino superior tem vindo a ser feita dissimuladamente e de forma continuada. Com a aplicação do processo de Bolonha estabeleceu-se um mercado de ensino europeu, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior submete as escolas a uma lógica empresarialista, o desinvestimento na Acção Social Escolar é cada vez maior e @s estudantes são forçad@s a contrair empréstimos para pagar os seus estudos, comprometendo os primeiros anos da sua vida de trabalho. O ensino é cada vez mais elitista, menos qualificado e exclusivamente orientado para os interesses empresariais. Apesar disso, o movimento estudantil encontra-se em refluxo, enfraquecendo a cada derrota que passa. O movimento associativo tem sido incapaz de representar os interesses d@s estudantes e de @s unir na defesa do ensino público, pactuando muitas vezes com os governos na aplicação destas medidas.

Também no ensino secundário, os direitos e interesses d@s estudantes continuam a ser desvalorizados. O espaço físico da escola é muitas vezes um entrave à aprendizagem, há falta de infra-estruturas ou as que existem são desadequadas e encontram-se degradadas. Os exames nacionais sobrepõem-se à avaliação contínua, colocando em pé de igualdade os diferentes modos de ensinar e aprender. O numerus clausus mais uma vez este ano fez-se reflectir na subida das médias para a entrada no ensino superior, excluindo muit@s estudantes do ensino público a que deveriam ter direito, forçando-@s a recorrer ao ensino particular e cooperativo. As aulas de substituição excluem a liberdade e autonomia que @s jovens deveriam ter para decidirem o que fazer nos seus tempos livres. As aulas de substituição não são garantidas a partir da exigência da continuidade pedagógica mas sim a partir da mera ocupação d@s alun@s. A democracia na e da escola é inexistente, @s estudantes continuam

a não ter uma palavra a dizer nas decisões tomadas. É urgente a implementação concreta da Educação Sexual nas escolas, sendo por isso necessário criar um amplo movimento de reivindicação em torno desta questão. Há, portanto, espaço para que novas formas de activismo e intervenção cresçam. É preciso quebrar o conformismo que prevalece, levar as discussões políticas para dentro das escolas, despertar a vontade de mudar. Estudantes mais críticos e conscientes potenciam lutas sociais mais fortes.

3.2 O trabalho d@s jovens deve assumir a intervenção d@s activistas do bloco nos espaços de jovens, onde estão mais disponíveis para o debate político e para o activismo. Esses espaços são as Escolas e Faculdades.

O Bloco precisa de fazer um trabalho de mobilização e politização d@s jovens e portanto de organizar esse trabalho com profundidade e continuidade. Não nos podemos contentar com propaganda sem acção, é preciso mobilizar para a luta e para isso organizar os jovens com a definição de uma prioridade clara. Para responder a essa prioridade, o trabalho do sector d@s jovens do Bloco é desenvolvido nas escolas e nas faculdades para criar uma grande corrente política entre as estudantes e os estudantes. É por esse trabalho que temos que medir o avanço da nossa influência.

Até agora, a nossa intervenção, pouco consistente, descontínua e dispersa nos espaços onde nós e os outr@s jovens se concentram, fez com que não conseguíssemos criar movimento, nem traduzir a simpatia e a identificação dos jovens no alargamento da rede de activismo dos jovens do Bloco. Além disso, enquanto não trabalharmos dentro das escolas não conseguiremos definir políticas que respondam às necessidades d@s estudantes. Enquanto crític@s do actual movimento estudantil e associativo, e sobretudo pela importância que lhe damos, devemos priorizar a solidificação de alternativas. Estas têm vindo recentemente a ser criadas no Ensino Superior e, apesar de ainda incipientes, têm-se mostrado muito promissoras.

A aposta na intervenção no Ensino Secundário permite-nos chegar a estudantes mais jovens, incentivando o espírito de activismo cada vez mais cedo. O trabalho no Ensino Secundário possibilita ainda a nossa implantação fora das grandes cidades, estimulando o trabalho juvenil a nível local.

Devemos levar às escolas as ideias por que o Bloco se bate, procurando alargar a nossa rede de activistas. A criação, integração ou o desenvolvimento de núcleos dinamizados por estudantes onde @s activistas do Bloco se inserem vão nesse sentido. @s Jovens devem constituir-se como um instrumento do Bloco para a intervenção nas escolas que divulgue toda a agenda política do Bloco entre @s estudantes. Por isso, a intervenção nas escolas multiplicará a acção internacionalista, a luta contra todas as opressões, o debate ideológico, a confrontação com o liberalismo, a agenda ambientalista e feminista. Nas escolas onde o Bloco intervém, queremos que haja um confronto politizador permanente sobre as grandes questões sociais da actualidade.

Esses núcleos deverão promover a discussão e a criação de massa crítica entre os estudantes incentivando a intervenção na escola e na sociedade. Assim, deverão estar atentos quer às dinâmicas da sua escola quer aos temas da actualidade, promovendo iniciativas que envolvam os estudantes e os mobilizem para a acção. Não devemos procurar um modelo único de organização nas escolas, cada grupo de activistas deve encontrar

a melhor forma de se aproximar d@s estudantes. Isto permite e garante uma heterogeneidade e diversidade dos núcleos, tanto nas suas perspectivas como formas de organização e acção. A aproximação e a criação de movimento só se conseguem dialogando e trabalhando com tod@s @s que se queiram juntar, sem preconceitos nem sectarismos, criando ou reforçando assim uma perspectiva de trabalho unitário. Devemos ainda, onde isso seja possível, participar, integrar e influenciar os órgãos representativos d@s estudantes e o movimento associativo. Onde o trabalho contínuo não seja ainda possível, devemos promover iniciativas do Bloco nas escolas: debates, filmes, distribuições de material, campanhas, conferências sobre diversos temas da actualidade. A formação e discussão políticas plurais e aprofundadas sobre vários assuntos devem acontecer frequente e abertamente. Também os espaços de convívio e encontro de activistas de todo o país são essenciais. É nestes espaços que se constroem redes de activismo, que se trocam experiências e que se fortalecem laços de solidariedade.

3.3 Para funcionar, a nova Coordenadora de jovens tem de ser a expressão desta mudança. Ela passa por uma nova direcção que dê lugar aos activistas mais novos, que crie novos protagonistas e assuma responsabilidades. E passa pelo estabelecimento de objectivos concretos, num universo próprio de intervenção. Só isso poderá fazer a diferença.

A COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA DEVE:

- :: Incentivar, apoiar e articular o trabalho d@s jovens activistas no Ensino Superior e Ensino Secundário, na criação e dinamização de colectivos de escola.
- :: Lançar um movimento de reivindicação da implementação da Educação Sexual, dirigida às e aos estudantes do Ensino Secundário em particular.
- :: Promover a discussão sobre a agenda estudantil de modo a aproximar as políticas do Bloco para a Educação dos interesses d@s estudantes.
- :: Organizar, ou ajudar a organização de iniciativas do Bloco dentro das escolas, em colaboração com os vários grupos temáticos ou coordenadoras do Bloco em áreas como o ambiente, a precariedade, as sexualidades, internacional, o trabalho local, etc.
- :: Facilitar a circulação de informação política, tanto entre activistas do Bloco como entre @s estudantes em geral.
- :: Dinamizar iniciativas que promovam o contacto entre @s jovens do Bloco e outros jovens que trabalhem connosco nos movimentos. Estas iniciativas poderão assumir vários objectivos: discussão, integração, entretenimento ou formação.
- :: Assegurar uma ligação forte e uma comunicação eficaz entre a direcção do Bloco de Esquerda e o trabalho d@s jovens.

Subscritores da Moção “Começar de novo: Jovens na luta socialista”

Adriana Lopera, Lisboa
Adriano Campos, Braga
Ana Arroz, Lisboa
Ana Bastos, Lisboa
Ana Candeias, Lisboa
Ana Cansado, Lisboa
Ana Cruz, Lisboa
Ana Feijão, Lisboa
Ana Sartóris, Lisboa
André Soares, Porto
Ângela Fernandes, Lisboa
Bruno Cabral, Lisboa
Bruno Góis, Santarém
Carlos Salabert, Maia
Catarina Alves, Gondomar
Catarina Moura, Torres Novas
Catarina Príncipe, Vila Nova de Gaia
Diana Correia, Vila Nova de Gaia
Diogo Vieira da Silva, Paredes
Érica Postiço, Lisboa
Fabian Figueiredo, Santa Maria da Feira
Fábio Salgado, Nazaré
Filipa Gonçalves, Lisboa
Francisco Ramos, Vila Real de St. António
Gilda Carvalho, Vila Nova de Gaia
Guilherme Martins, Guimarães
Helena Oliveira, Oliveira de Azeméis
Hugo Dias, Coimbra
Hugo Evangelista, Lisboa
Hugo Meireles, S. João da Madeira
Inês Duarte, Porto
Joana Mortágua, Lisboa
Joana Pães, Tavira
João Corvelo, Lisboa
João Rodrigues, Lisboa
Jorge Pereira, Porto
José Bettencourt Silva, Açores
José Carlos Santos, Lisboa
José Fonseca, Guimarães

José Miranda da Silva, Matosinhos
José Soeiro, Vila Nova de Gaia
Lucas Manarte, Lisboa
Luís Costa, Faro
Luís Joaquim, Faro
Luís Nunes, Coimbra
Luís Pinho de Sá, Santa Maria da Feira
Manuel Ramos, Coimbra
Marco Marques, Lisboa
Marco Mendonça, Bagança
Margarida Santos, Lisboa
Mariana Carneiro, Lisboa
Marília Silva Fernandes, Porto
Miguel Baptista, Porto
Miguel Paula, Lisboa
Miguel Queimado, Vila Real
Miguel Reis, Lisboa
Miguel Romão, Lisboa
Moisés Ferreira S. João da Madeira
Nádia da Silva Ferreira, Oliveira do Bairro
Natasha Nunes, Lisboa
Nelson Fraga, Coimbra
Nelson Peralta, Aveiro
Nuno Caiados, Vila Real de St. António
Nuno Teles, Lisboa
Paulo Mendes, Açores
Pedro Cruz Mendes, Braga
Pedro Pombeiro, Setúbal
Pedro Teixeira, Lisboa
Ricardo Lafuente, Porto
Ricardo Salabert, Maia
Rita Calvário, Lisboa
Rodrigo Rivera, Coimbra
Romão Ramos, Salvaterra de Magos
Sofia Roque, Lisboa
Telma Menezes, Lisboa
Teresa Velásquez, Porto
Tiago Correia, Porto
Tiago Gillot, Lisboa
Tiago Ivo Cruz, Lisboa
Vitor Castro, Lisboa

Por um Bloco mais à Esquerda e Uma juventude militante e combativa IVª Conferência Nacional de Jovens do Bloco

INTRODUÇÃO. @S JOVENS DO BLOCO PERANTE UMA ENCRUZILHADA

Chegados à IV Conferência de Jovens do BE, deparamo-nos com uma realidade preocupante: apesar do importante impacto eleitoral que o BE tem junto da juventude, @s jovens do BE, em tempos um dos sectores mais dinâmicos dentro do partido, não só não cresceram nos últimos dois anos como perderam grande parte do seu enraizamento social e dinamismo.

Esta é uma situação com que se deparam tod@s quant@s no dia-a-dia dão a cara pelo Bloco nos seus locais de estudo e de trabalho. Internamente há diferentes explicações para esta realidade e, conseqüentemente, diferentes políticas para a construção d@s jovens do BE. O primeiro passo para reverter esta situação passa por compreendermos @s factores que estão na sua origem.

Na nossa opinião, a primeira razão para a dificuldade de organizar @s jovens no BE prende-se com a **forte consciência antipartidos** que existe hoje na juventude. Produto das desilusões com partidos de esquerda – desde a antiga social-democracia (PS) que é hoje neoliberal, à falta de democracia no PCP – muit@s dizem que todos os partidos são iguais. Provavelmente, muit@s de nós conhecemos jovens que votam no Bloco, participam nas suas actividades ou militam connosco nos movimentos, mas que simplesmente não querem estar a ele vinculados partidariamente.

Uma outra razão fundamental para explicar este problema prende-se com a própria **falta de lutas fortes entre a juventude**. O sector mais dinâmico na última década entre a juventude foi o movimento estudantil universitário. Todavia, nos últimos dois anos, a derrota contra a lei de financiamento que aumentou o valor máximo das propinas para 880 euros deixou @s estudantes com menos vontade de lutar. Assim, a necessidade de organização da grande maioria d@s jovens no BE, como espaço de activismo e luta, ficou também mais reduzido, pois o sentimento geral não era favorável à organização, mas sim o contrário. Para além disso, @s estudantes do ensino secundário e @s jovens trabalhador@s precári@s, também não protagonizaram grandes lutas.

Por fim, a estes factores devemos juntar um outro: a **própria orientação política da direcção para o BE no geral e para @s jovens em particular**. De facto, esta orientação política não está direccionada para apoiar e fazer crescer os trabalhos de base e organizar a militância. Pelo contrário, todo o esforço militante do BE tem estado virado maioritariamente para preparar eleições ou fazer grandes campanhas políticas que têm como principal objectivo apoiar propostas apresentadas no Parlamento.

Quando entre a juventude é o activismo e a radicalidade que atrai a militância ao BE, a política de institucionalização do Bloco e de desinvestimento na sua militância tem consequências particularmente graves ao nível da organização d@s jovens. Devido a esta política, @s jovens do BE acabam por ser reduzidos a grupos de amigos e coladores de cartazes, e não um sector que dentro do BE se organiza para intervir na realidade. Perante isto, que política e que tipo de organização defendemos então para construir @s jovens do BE? É esse programa político para a acção d@s jovens que apresentamos em seguida. Os eixos expostos não esgotam toda a diversidade da actividade d@s jovens do BE, mas procuram estruturá-la com algumas prioridades centrais.

CAPÍTULO 1. MAIS BLOCO À ESQUERDA CONTRA O GOVERNO SÓCRATES

Qualquer política de esquerda alternativa e radical no país não pode hoje passar ao lado do autor dos principais ataques à juventude estudantil e trabalhadora: o governo Sócrates.

Este é o governo que aplicou o processo de Bolonha, o novo Regime Jurídico do Ensino Superior e introduziu os empréstimos, tornando o ensino cada vez mais servil aos interesses económicos e mais inacessível para @s jovens. É o governo que fecha escolas, centros de saúde e maternidades, agravando ainda mais as injustiças e desigualdades sociais. É o governo da qualidade de ensino sempre adiada, no segundo país europeu com maior número de adultos sem o ensino secundário. É o governo da flexi-(in)segurança, dos ataques à classe trabalhadora, dos altos níveis de desemprego e precariedade. Sendo também a presidência da União Europeia, este governo reforça ainda a política neoliberal e de guerra ao nível europeu, com o apoio ao novo Tratado Constitucional e a subserviência à política imperialista da NATO e da ONU. Este governo é o nosso inimigo nº 1.

Só a unidade da esquerda nas lutas contra o governo pode derrotar estes ataques que, dia-a-dia, tornam mais difícil a vida d@s jovens e trabalhador@s no país. Queremos lutar para encurtar a vida do governo que precariza as nossas vidas, nos excluiu do ensino, nos discrimina com uma política que só favorece @s ric@s, porque não acreditamos na inevitabilidade das regras do sistema nem na força eterna d@s explorador@s. Queremos construir o BE, mas para nós essa construção passa também por conseguir que as nossas lutas sejam vitoriosas. A nossa tarefa é, assim, utilizar as lutas que travamos para combater o governo, sabendo levar para a frente a nossa política, mas também trabalhar junto com aquel@s que querem lutar mas não partilham a nossa cor partidária.

É porque entendemos que o governo do PS é neoliberal e que a luta contra este se faz pela base e não por acordos com as cúpulas partidárias que **rejeitamos o Acordo do BE com o PS em Lisboa**. Sá Fernandes tem votado unitariamente com Costa quase tudo, mesmo Planos de Saneamento da CML onde não se prevê a total integração nos quadros d@s trabalhadores precári@s. Consideramo-lo um mau exemplo de política de unidade, que **dá ao país um sinal de confiança no governo que queremos combater**, não contribuindo para construir o BE como um projecto anti-sistémico para o país, em alternativa ao PS e ao PCP, mas apenas como um partido que joga pelas mesmas regras que os outros.

Por isso, queremos um Bloco mais à esquerda contra as políticas do Governo e as injustiças da sociedade em que vivemos. Queremos um Bloco forte, onde não há espaço para acordos, directos ou indirectos, com o governo do PS e somos claramente pelo rompimento do actual acordo com António Costa.

[Resolução I - Para derrotar as políticas do governo e trazer vitórias aos jovens estudantes e trabalhador@s, procurar a unidade de acção na esquerda com tod@s da área política do PCP, do PS que se opõem às políticas do governo e a tod@s @s independentes que estejam contra o governo e queiram lutar para derrotar a privatização do ensino, o desemprego, a precariedade e os ataques aos direitos d@s trabalhador@s]

CAPÍTULO 2. MAIS JUVENTUDE CONTRAS AS GUERRAS

As questões internacionais são das que mais cativam @s jovens, os seus interesses, criatividade e vontade de agir. Também nós, jovens bloquistas, temos em nós, desde o início, o espírito internacionalista: nascemos das grandes mobilizações anti-guerra e contra-cimeiras em oposição ao G8, à globalização capitalista e destruidora, às guerras que não são nossas.

Quando nos dias que correm, as guerras e os ataques aos direitos d@s jovens e trabalhador@s, são cada vez mais globais, as lutas e as solidariedades devem também ser cada vez mais internacionais. A guerra do Iraque, a questão palestiniana, a exploração dos países mais pobres, as contradições da globalização capitalista são questões que chamam @s jovens. Consideramos que o BE nos últimos tempos se tem centrado a nível internacional essencialmente nas questões da Europa, relegando para um lugar secundário as restantes questões internacionais e o activismo combativo sobre as mesmas. Achamos que é preciso reverter essa situação.

Reafirmamos a necessidade d@s jovens do BE se envolverem e estimularem as acções e debates internacionalistas no seu interior e nos locais onde desenvolvem activismo. Achamos, por isso, que **as campanhas internacionalistas devem ser um pilar fundamental da construção d@s jovens do BE**, como acções imaginativas e combativas, que se possam tornar referências para a juventude e imagens de marca do BE na sociedade. A participação nas contra-cimeiras de contestação às grandes organizações (G8, FMI, OMC, etc) e figuras do imperialismo no mundo deve voltar a ser também uma tarefa central d@s jovens do BE. Não podemos voltar a assistir à vinda da Condoleezza Rice a Portugal sem que se realize sequer uma simples concentração de protesto. @s jovens do BE devem ter a ousadia, a militância e a capacidade não só de participar, mas também de organizar estes protestos.

[Resolução II – Realização de uma campanha de apoio à causa palestiniana, contra a ocupação israelita e o muro de Israel (através da organização de debates, jornais de parede, acções de rua, etc)]

[Resolução III – Fazer da data da invasão do Iraque um momento de acções contra a guerra e de defesa da retirada das tropas de ocupação do Iraque, Afeganistão, Líbano e todos os palcos de guerra, aproveitando esta ocasião para mostrar o nosso repúdio a uma possível intervenção militar no Irão]

CAPÍTULO 3. MAIS JOVENS DO BE NAS LUTAS SOCIAIS E NAS LUTAS DA JUVENTUDE

Consideramos que o crescimento mais profícuo da actividade de jovens do BE passa pela dinamização das lutas sociais e da juventude nos locais de trabalho e estudo onde nos encontramos.

Só através da estruturação d@s jovens do BE para a dinamização de alternativas de luta poderemos pôr em causa as medidas que diariamente atacam as condições de vida, os direitos e a liberdade d@s jovens no nosso país. O nosso compromisso é, por isso, com a militância quotidiana, com cada aderente do BE poder ser a semente de uma alternativa combativa e democrática no seu dia-a-dia.

3.1. Uma juventude em luta pelo direito ao ensino

3.1.1. Ensino superior

Nos dois últimos anos assistimos a um grande retrocesso no ensino superior público, com medidas constantes de aprofundamento da privatização e, por consequência, uma cada vez maior exclusão d@s estudantes com menos possibilidades económicas. As propinas estão hoje em 940 ¤ na grande parte das faculdades do país. O processo de Bolonha já foi implementado na maioria das universidades, aumentando o preço da formação no 2º ciclo e a precarização laboral daqueles que não o consigam frequentar. Mais recentemente a aprovação do Regime Jurídico veio ajudar ainda mais à «festa da privatização», atacando a democracia estudantil e impondo empresários na gestão das instituições. Finalmente, a introdução de empréstimos é apresentada como a grande solução para aqueles que não têm dinheiro para pagar os seus estudos, enquanto a acção social é progressivamente destruída.

Depois de dois anos em que @s jovens do BE perderam a influência que tinham em várias universidades do país, hoje dinamizam já diversos colectivos de estudantes. Esta é uma experiência que reivindicamos há vários anos e que nos parece central para a estruturação d@s jovens do BE no ensino superior. Contudo, devemos ter cuidado para que esses colectivos não sejam «guetos» afastados das estruturas de organização d@s estudantes (associações de estudantes/académicas, núcleos, conselhos pedagógicos, etc). Pelo contrário, devemos participar, sempre que possível, nestes órgãos, como forma de nos estruturarmos na base das universidades e irmos, assim, construindo uma direcção alternativa e reconhecida para o movimento estudantil. Esta perspectiva é fundamental para que em futuras lutas não fiquemos à margem e possamos, pelo contrário, ter uma palavra determinante a dizer sobre a melhor forma de levar as lutas à vitória. É também fundamental que @s vári@s activistas de ensino superior coordenem mais as suas acções.

[Resolução IV – Propor nos colectivos onde intervimos a realização de um Encontro Nacional de Colectivos de Estudantes Alternativos por um Ensino Superior Público, Gratuito, Universal, Democrático e de Qualidade para coordenar acções a nível nacional]

3.1.2. Ensino secundário

O Ensino secundário continua também a enfrentar vários problemas. A falta de recursos materiais nas escolas continua a travar as possibilidades de melhorar o ensino (ex. ausência de salas de trabalho, instalações degradadas, falta de espaços condignos para o desporto e de aquecimento no Inverno, laboratórios deficientes, etc). Os estudantes do ensino nocturno continuam a ser discriminados na falta de acesso às bibliotecas, reprografias e bar. Ao mesmo tempo, o governo introduziu as aulas de substituição, impede @s estudantes com o 12º ano realizado de fazerem melhorias de notas e mantém os exames de 12º ano com um peso altíssimo no acesso à universidade (30%), deixando cair a máscara da avaliação contínua, num país com um alto nível de abandono escolar. A educação sexual continua, na prática, a não existir. A participação democrática d@s jovens nas escolas secundárias está ainda muito atrasada e deve também ser um dos principais eixos de intervenção, procurando que se façam RGA's e que @s estudantes possam ter representação em organismos como o Conselho Pedagógico.

Os jovens do BE continuam a ter uma actuação quase inexistente neste nível de ensino. Queremos por isso apostar no crescimento do BE entre @s jovens do ensino secundário dinamizando a Campanha para a introdução da Educação Sexual nas Escolas, que o BE está já a lançar. Defendemos que devemos utilizar essa mesma campanha para fazer novos contactos e organizar colectivos de estudantes abertos, que possam lutar por este tema, mas que venham no futuro a intervir sobre os restantes problemas que preocupam @s estudantes. As eleições para as associações de estudantes são sempre um bom momento para levar ideias e propostas alternativas às escolas, procurando quebrar a despolitização dominante nas AE's de secundário. Contudo, mesmo quando não ganhamos as eleições devemos continuar a trabalhar dentro das escolas procurando mobilizar @s estudantes para lutar em torno dos problemas das escolas e das políticas nacionais para o ensino secundário, organizando também conferências sobre temas diversos (Guerra, Sexualidade, Racismo, etc). Havendo pessoas suficientes, devemos procurar ainda organizar núcleos de jovens do BE nas escolas que possam dinamizar esse trabalho.

[Resolução V – Depois da realização da Campanha de Educação Sexual, organizar um encontro nacional de jovens do ensino secundário do BE, para trocar experiências e coordenar esforços de actuação a nível nacional]

3.2. Uma juventude em luta contra a precariedade e pelo trabalho com direitos

A precariedade, a falta de trabalho ou o trabalho sem direitos são hoje, mais que nunca, problemas d@s jovens. O governo, em particular com a revisão do Código do Trabalho que se avizinha e a introdução da flexi-(in)segurança, prepara-se para aprofundar ainda mais a precariedade, tornando legais a insegurança laboral e os despedimentos. Enquanto isto, a grande maioria dos sindicatos continua a dar pouca ou nenhuma atenção aos problemas d@s trabalhador@s precári@s, deixando muito a desejar no que toca à combatividade contra o patronato e o governo, bem como no espaço à decisão e participação d@s própri@s trabalhador@s.

Também esta tem sido uma área em que @s jovens do BE não têm feito um trabalho sistemático. Para nós, esta é uma área de intervenção fundamental d@s jovens do BE, cujas preocupações devem ser alvo do trabalho

da futura coordenadora nacional.

Apesar disso, têm surgido em alguns locais do país experiências positivas e em que devemos continuar a apostar. É o caso do FERVE, Precários Inflexíveis, Intermitentes do Espectáculo, entre outras plataformas amplas de intervenção contra a precariedade. Todavia, consideramos que estes colectivos se devem organizar acima de tudo para a acção. Consideramos também que não devemos conceber a sua intervenção à margem do resto do movimento d@s trabalhador@s, procurando pelo contrário, dentro das possibilidades, intervir nele e participar quando possível nas suas estruturas com uma política alternativa, que ponha em causa os métodos burocráticos e a falta de combatividade da grande parte dos sindicatos, e que aposte sempre nas decisões d@s trabalhador@s na base como forma de construir outro sindicalismo. Parece-nos ainda importante que a intervenção d@s jovens sobre a precariedade seja feita em ligação com o sector de trabalho do BE.

[Resolução VI – Realização de uma Campanha do BE contra a Precariedade e o Desemprego, dirigida aos jovens trabalhador@s, incidindo sobre as alterações introduzidas ao Código do Trabalho e sobre a Flexi-Segurança]

3.3. Uma juventude que leva para os locais de estudo, trabalho e residência as questões «fracturantes»

Consideramos ainda que @s activistas do BE não devem restringir a sua intervenção aos temas estudantis ou sindicais. Pelo contrário, **é essencial levar para esses mesmos locais outras temáticas e preocupações políticas que são desde há largo tempo bandeiras do BE, como a questão da luta contra a opressão das mulheres, a homofobia, o racismo e a imigração, bem como as questões ligadas à habitação, ao ambiente e à legalização das drogas leves.**

Consideramos que estes temas dentro do BE têm vindo a ser tratados de uma forma cada vez menos radical e mais normalizada, e com menos apoio por parte do BE no seu todo. **Para nós, é por isso fundamental recuperar a irreverência também na abordagem a estes temas e nas iniciativas que sobre eles se podem realizar.**

Um exemplo disso é a luta contra a violência policial, o racismo e a falta de oportunidades que travam @s jovens pobres e imigrantes dos subúrbios das principais cidades do país. Apoiá-los nas suas intervenções e ganhá-los para o BE é importantíssimo, não só porque constituem a camada juvenil mais precária e explorada em Portugal, mas também porque possibilita ao BE um enraizamento fora dos seus sectores tradicionais, geralmente mais ligados às classes médias.

Este tipo de actividades têm um papel fundamental não só na criação de uma consciência política mais abrangente, numa perspectiva anticapitalista e revolucionária, como também ajudam a aproximar mais jovens do BE, dentro dos interesses mais variados.

CAPÍTULO 4. TRAZER MAIS JUVENTUDE AO BE, ORGANIZAR MAIS @S JOVENS DO BLOCO

Há dois problemas fundamentais que, um pouco por todo o país, @s jovens do BE sentem. São eles a falta de discussão e a falta de organização, acção e apoio aos núcleos de jovens e aos seus activismos a nível nacional.

Estes problemas são uma realidade porque, desde há dois anos para cá, há um claro desinvestimento no trabalho d@s jovens por parte da direcção do BE e da direcção de juventude a ela afecta. Os jovens são tratados como coladores de cartazes e chamados a participar apenas aquando de Convenções e Conferências de Jovens. Muit@s jovens da lista maioritária da actual coordenadora defendem ainda o fim do acampamento de jovens ou um esvaziamento político do mesmo, pretendendo também institucionalizar ao máximo a conferência de jovens, por exemplo através da introdução de delegados, já vigente nesta Conferência.

Por isso, poucos núcleos de jovens existem pelo país e poucos têm um funcionamento activo e estruturado na realidade social d@s jovens, baseado em reuniões onde @s aderentes possam trocar ideias, experiências e aprender. Nesse sentido, **defendemos a organização de Núcleos de Jovens do BE, com Assembleias regulares, marcadas pela discussão política e pela realização de actividades. Para nós, estes núcleos devem ainda incluir tod@s @s jovens do BE, ou seja, estudantes e trabalhadores;** primeiro porque ainda somos pouc@s, depois porque apesar das diferenças, ambos partilham de problemas e vivências comuns, e, finalmente, porque a unidade de estudantes e trabalhadores fortalece as suas lutas e enriquece a sua acção.

Outro problema relaciona-se também com o papel da Coordenadora Nacional de Jovens (CNJBE). A direcção do BE e @s jovens affect@s à mesma têm procurado esvaziar este órgão da sua tarefa mais fundamental: a dinamização e organização do activismo e campanhas d@s jovens do BE a nível nacional. Pelo contrário, consideramos que **a CNJBE tem como principal obrigação impulsionar um forte trabalho d@s jovens a nível nacional, através da realização de campanhas e do apoio às diversas regionais e activismo d@s jovens nas suas diferentes áreas.**

Por outro lado, consideramos essencial fortalecer os momentos de discussão, troca de experiências e coordenação, bem como a decisão democrática a nível nacional. **O acampamento de jovens é, por isso, para nós, um momento por excelência para @s jovens do BE.** Ele cumpre duas funções. Por um lado, ser um espaço fundamental de discussão política e de troca de experiências de activismo d@s jovens a nível nacional, preparando-nos para a acção no ano seguinte; por outro lado, trazer as pessoas com quem trabalhamos diariamente a conhecer o BE, as suas ideias e funcionamento, aproximando-as do partido. É porque acreditamos que é a política e não o amiguismo que pode aproximar mais pessoas do BE, que pensamos que a organização de um Acampamento de Jovens politizado tem também de voltar a ser uma tarefa central da próxima CNJBE. Todavia, isto não impede as regionais de organizarem outros acampamentos de âmbito local, como complementares ao nacional.

Também a **Conferência Nacional de Jovens deve continuar a ser um momento central de decisão d@s jovens do BE** sobre políticas, campanhas e prioridades na acção d@s jovens nos dois anos seguintes. Ao contrário

daquilo que acontece hoje para as coordenadoras do Trabalho, Autárquica e de Ambiente, que são designadas pela Mesa Nacional, sem que a base que milita nesses sectores tenha algo a dizer, consideramos que a **Conferência Nacional de Jovens deve continuar a eleger a direcção para a levar a cabo a acção d@s jovens nos próximos dois anos**, porque só com democracia poderemos fortalecer @s jovens e as suas lutas.

[Resolução VII – A organização anual de um Acampamento Nacional de Jovens do BE que priorize uma importante componente de discussão política sobre temáticas diversas de intervenção e interesse d@s jovens, conjugada com a componente de convívio fundamental para a criação de laços entre tod@s]

[Resolução VIII – Cada membro da CNJBE deve ficar encarregue de fazer a ligação entre a coordenadora e os núcleos locais de jovens. Esses membros da CNJBE devem estimular e apoiar a realização de iniciativas de âmbito local e nacional, promover a discussão política entre @s jovens do BE e levar as preocupações e as sugestões dos núcleos locais à Coordenadora Nacional]

[Resolução IX – Tendo em conta a importância que cada vez mais a Internet tem na comunicação política, apostar em reactivar o site d@s jovens do BE, a partir do já existente Blocomotiva, mas com um carácter mais político de divulgação de artigos e outros materiais sobre os problemas e interesses d@s jovens, e de actividades realizadas pelos mesmos]

O nosso compromisso é, assim, (re) construir @s jovens pela base, como pólo dinamizador de alternativas de direcção combativas, de base e democráticas para os movimentos de jovens nas escolas e nos locais de trabalho. É a construção d@s jovens através da afirmação do próprio BE como um projecto socialista e revolucionário, em alternativa ao neoliberalismo, mas também ao capitalismo, origem dos problemas e injustiças com que se defrontam @s jovens em todo o mundo.

O tipo de (des) organização que predomina hoje entre @s jovens do BE revela uma política que não vê como projecto estratégico a estruturação do BE nas lutas sociais, mas sim a sua influência eleitoral. Só quando virmos que a forma de impulsionar as grandes mudanças são as lutas sociais contra o governo e as injustiças do capitalismo, poderemos ver que para o BE ser determinante na mudança precisa ser um factor determinante nas lutas que @s jovens e trabalhadores travam no país. E isso só se faz com um Bloco mais à Esquerda e uma juventude militante e combativa.

Subscritores da Moção

“Por um Bloco Mais à Esquerda e uma juventude militante e combativa”

André Pestana (Oeiras/Lisboa), aderente nº 235
Bruno Mendes (Felgueiras/Porto), aderente nº 3659
Daniel Martins (Braga), aderente nº 3698
David Aparício (Almeida/Guarda)
Délio Figueiredo (Lisboa), aderente nº 3697
Edgar Fernandes (Almeida/Guarda)
Filipe Luna (Évora), aderente nº 3704
Flor Neves (Coimbra), aderente nº 3396
Hugo Bastos (Lisboa), aderente nº 4967
Ivo Silva (Coimbra), aderente nº 3694
Joana Machado (Braga), aderente nº 4262
João Reis (Coimbra), aderente nº 3966
Jorge Fontes (Lisboa), aderente nº 416
José Nicolau (Amadora/Lisboa), aderente nº 5020
Liliana Inverno (Coimbra), aderente nº 3690
Luís Franklin (Porto), aderente nº 887
Manuel Afonso (Coimbra), aderente nº 4752
Miguel Inocêncio (Faro), aderente nº 4609
Mara Inverno (Coimbra), aderente nº 4805
Nuno Geraldês (Braga), aderente nº 4520
Otávio Raposo (Lisboa), aderente nº 1058
Pedro Fidalgo (Felgueiras/Porto), aderente nº 3654
Raquel Oliveira (Coimbra), aderente nº 3686
Raquel Varela (Oeiras/Lisboa), aderente nº 1892
Ricardo Oliveira [Ricky] (Setúbal), aderente nº 4929
Sadik Habib (Lisboa), aderente nº 1894
Sílvia Franklin (Coimbra), aderente nº 3684
Talis Silva (Amadora/Lisboa), aderente nº 5021
Tiago Castelhana (Amadora/Lisboa), aderente nº 2259
Tiago Silva (Coimbra), aderente nº 3409
Vasco Basílio (Oeiras/Lisboa), aderente nº 4974

Representante na COC: Jorge Fontes



IV Conferência Nacional

de Jovens do Bloco de Esquerda

lisboa, 10 de novembro 2007

